

Impactos ambientais do Turismo na Ilha Grande: Um estudo Comparativo sobre a percepção dos moradores da Vila do Abraão e da Vila Dois Rios

Carolina Dutra de Araujo (dutracarolina@hotmail.com.br) *, Acácio Geraldo de Carvalho (acacio@ufrj.br) ** e Carlos Domingos da Silva (cdomingos@ufrj.br) ***

Resumo

Este estudo pretende avaliar a percepção do residente da Ilha Grande em relação ao impacto ambiental causado pelo turismo, utilizando questionários com base na Escala de Lickert. As áreas de estudo delimitadas para a realização desta pesquisa englobam a Vila do Abraão e a Vila de Dois Rios, principais condicionantes do turismo na Ilha Grande. Os resultados obtidos diferem nas duas localidades estudadas devendo-se, principalmente, aos diferentes antecedentes históricos, o que evidencia a necessidade da definição de políticas e planejamento adequados às diferentes realidades dos dois núcleos estudados.

Palavras-chave: Percepção, meio ambiente, turismo.

Abstract

This paper tries to evaluate the perception of the residents of Ilha Grande concerning the environmental impact caused by tourism, through questionnaires based on the Lickert Scale. The study areas are Vila do Abraão and Vila Dois Rios, the most important villages for tourism in Ilha Grande. The results were different because of the distinct historical background, what calls for the necessity of defining policies and planning according to the different realities of the two study sites.

Keywords: Perception, environment, tourism.

ivt Instituto
Virtual de
Turismo
www.ivt-rj.net



Laboratório de Tecnologia e
Desenvolvimento Social



Introdução

São muitos os estudos acerca do impacto ambiental causado pelo turismo em núcleos consolidados. Entretanto, há uma certa carência de pesquisas em locais onde seja possível acompanhar o desenvolvimento da atividade turística e analisar a evolução desses impactos. Nesse sentido, a escolha da Ilha Grande (IG) é pertinente. Sua condição histórica afluente de turistas durante muitos anos e a entrada do turismo ocorreu em data determinada, configurando um fenômeno recente passível de estudo. Geralmente, o impacto em ilhas ocorre de forma mais intensa que em áreas continentais em virtude da fragilidade e diversidade dos ecossistemas insulares.

O presente artigo tem como objetivo avaliar a percepção do residente da IG em relação ao impacto ambiental causado pelo turismo. A área de estudo delimitada para a realização da pesquisa engloba a Vila do Abraão (VA) e a Vila de Dois Rios (VDR), principais condicionantes do turismo na IG. A primeira por se utilizar de transporte direto para o continente e por concentrar o maior número de equipamentos turísticos da ilha. A segunda por ter abrigado o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) e, ainda hoje, suas ruínas, além da atratividade cênica de sua praia e dos dois rios que a compreendem.

Como procedimento metodológico foram aplicados questionários baseados na Escala de Satisfações de Lickert (vide Tabela), adaptado de Dencker (2001:142-146; 154-157; 193-203) e Cruz (1996: 81) para avaliar a percepção do morador em relação aos impactos ambientais e verificar se eles atribuem esses impactos ao turismo. Os questionários eram idênticos para VA e VDR, com amostragem estimada em 20% da população total da VA, mais populosa, e 20% da população total da VDR, pouco povoada, conforme dados do IBGE para 2000.

Acredita-se que as visões serão diferenciadas devido ao histórico de ocupação das vilas. Na VDR prevaleceu a lógica do IPCM,

com ênfase na segurança e na isolamento do local, enquanto que a VA tinha a pesca como atividade principal, adaptando-se rapidamente ao turismo iminente. Devido a essas características, a VDR deverá atribuir a maior parte dos impactos ao turismo porque pretende manter suas características de isolamento, ao passo que a VA, ao atribuir os impactos ao turismo, poderá tentar justificá-los, argumentando que a atividade é positiva, pois gera divisas ao local.

A Ilha Grande.

A IG faz parte do município de Angra dos Reis (AR), estado do Rio de Janeiro, região conhecida como Costa Verde. Possui clima tropical, quente e úmido, sem estação seca. A temperatura média do ar varia entre 15°C e 30°C. Suas coordenadas geográficas são 23°5' e 23°14' de latitude sul e 44°5' e 44°23' de longitude oeste. Possui perímetro de aproximadamente 155 Km, com 16 Km de largura N-S e 29 Km de comprimento E-W, totalizando 19 300 hectares (Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Secretaria De Estado E De Meio Ambiente E Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual De Florestas, 1993: 26).

A IG possui clima tropical, quente e úmido, sem estação seca, do tipo "Af" conforme classificação de Köppen. Importante remanescente da Floresta Atlântica, é enquadrada como Patrimônio Nacional e tombada pelo Estado do Rio de Janeiro (Idem, 1993: 10; Secretaria Estadual Do Meio Ambiente, Programa Nacional Do Meio Ambiente, 1997 (Volume 1): 6).

Habitada pelos índios da tribo dos Tamoios no século XVI, a IG foi cedida pela Coroa Portuguesa, à Don Vicente da Fonseca em 1559. Entretanto, sua colonização somente teve início no século XVIII, quando tornou-se ponto de desembarque de escravos vindos da África (Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Secretaria De Estado E De Meio Ambiente E Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual

* Mestranda em Ciências Ambientais e Florestais, Departamento de Produtos Florestais, Instituto de Floresta, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Departamento de Produtos Florestais, Instituto de Floresta, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Departamento de Ciências Ambientais, Instituto de Floresta, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

De Florestas, 1993: 26-27; Ramuz, 1997: 114).

A IG teve desenvolvimento agrícola durante o século XVIII, com cultivos de cana-de-açúcar, café, laranja e banana, mas devido à dificuldades no escoamento da produção e mão-de-obra escassa, seu declínio foi mais acentuado que no continente (Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Secretaria De Estado E De Meio Ambiente E Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual De Florestas, 1993: 15; RAMUZ, 1997: 114).

A pesca substituiu, então, a agricultura no século XX, sendo que, na década de 1950, são instaladas 20 fábricas de enlatamento de sardinhas (Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Secretaria De Estado E De Meio Ambiente E Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual De Florestas, 1993: 29), que entraram em declínio com a queda nos níveis de pesca, tendo a última delas fechado em 1992 (Ramuz, 1997: 115).

A Vila do Abraão.

A VA foi visitada por D. Pedro II no século XIX, que adquiriu a Fazenda do Holandês (correspondente ao território da VA) e a Fazenda Dois Rios. Na primeira, foi erguido um Lazareto, na Praia Preta, destinado a atender os viajantes doentes que desembarcavam no Brasil, principalmente aqueles com suspeita de cólera, na ocasião muito disseminada na Europa (Ramuz, 1997: 115). Para o abastecimento de água do Lazareto foi construído um aqueduto para captação do Córrego do Abraão, na mesma praia. No início do século XX o Lazareto foi extinto e transformado em presídio político (Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Secretaria De Estado E De Meio Ambiente E Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual De Florestas, 1993: 26-28). Hoje em dia, as ruínas do Lazareto e do aqueduto configuram grandes atrativos culturais da VA.

A Vila Dois Rios.

A Vila Dois Rios é o berço da principal história carcerária da IG. De 1903 a 1932 abrigou a Colônia Correcional de Dois Rios. Em 1940 foi edificado o IPCM, de onde surgiram as primeiras organizações de detentos em falanges. A primeira delas foi o Comando Vermelho, responsável por inúmeras ações criminosas, dentro e fora do presídio, e pelo tráfico de drogas. Em 1994 o IPCM foi desativado e posteriormente demolido. Com a desativação, e a paulatina apropriação da IG pelo turismo, as mudanças foram intensas. A evasão de funcionários para seus locais de origem, e o abandono por parte dos governos estadual e municipal, fez com que a VDR entrasse em estado de degradação, o que, por outro lado, não intimidou a visitação turística.

Atualmente, o território da VDR pertence à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por determinação do Governo do Estado, desde 1994. A UERJ estabeleceu o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - (CEADS) na IG com o objetivo de transformar a vila em um *campus* de pesquisa avançada em meio ambiente. As ruínas do IPCM e sua praia são bastante visitadas. Entretanto não há meios de hospedagem, nem é permitido o pernoite de pessoas não autorizadas.

Aspectos do Turismo na Ilha Grande.

A construção da Rodovia Rio-Santos (BR 101) no início da década de 1970, possibilitou melhores acessos à AR e à IG, favorecendo o turismo (Ramuz, 1997: 113). Na ocasião, inclusive, o Embratur elaborou o projeto Turis, para o planejamento da área, sendo classificada como Zona Prioritária de Interesse Turístico, Classe A, conforme Decreto 71791, de 31/01/1973. Nessa época foram implantados os maiores hotéis da região e condomínios fechados que, algumas vezes, impossibilitavam o acesso a algumas praias e ilhas (Governo do Estado do Rio de

Janeiro, Secretaria de Estado e de Meio Ambiente e Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual de Florestas, 1993: 22).

A queda da atividade pesqueira na década de 1990, devido à expulsão dos pescadores de suas colônias em razão da especulação imobiliária, fez com que os pescadores, então, investissem em atividades complementares como o transporte de carga e de turistas, ou mudassem de área de atuação, trabalhando na construção civil ou como "caseiros" em residências secundárias. Nessa época, o turismo foi responsável por boa parte da geração de empregos nas áreas de prestação de serviços, transportes, comércio e construção. Em 1993, a capacidade hoteleira era de 1600 pessoas, incluindo-se AR (Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado e de Meio Ambiente e Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual de Florestas, 1993: 20-21). Além disso, a desativação e implosão do IPCM, incentivou a visitação.

Ramuz (1997) sistematizou o processo de ocupação turística da IG em três "ciclos evolutivos" temporais. Inicia-se na década de 1970, com o IPCM ainda em atividade, um turismo incipiente e falta de infra-estrutura básica. Por outro lado, verifica-se o estabelecimento das duas primeiras pousadas na IG. O segundo ciclo, década de 1980, é marcado pela intensa divulgação da IG pelos meios de comunicação; crescimento dos meios de hospedagem, constituído de pousadas e campings, e embarcações de passeio e transporte de turistas; estabelecimento de Unidades de Conservação; fechamento das últimas fábricas de enlatamento de sardinhas; discussões sobre a possível desativação do IPCM. No último ciclo, década de 1990, emergem as discussões sobre o excesso de turistas, após a implosão do IPCM, que sobrecarregam a parca infra-estrutura da IG. Esse problema foi analisado mais detalhadamente em 1997, com a elaboração do Programa de Gestão para o desenvolvimento Sustentável da Bacia Contribuinte à Baía da Ilha Grande (Secretaria

Estadual do Meio Ambiente, Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997).

Sobre a Relação Ser Humano / Natureza

Para entendermos a relação do ser humano com a natureza devemos primeiramente analisar as raízes do pensamento humano acerca desse tema e sua evolução através dos tempos. Na Idade Média (século XIII) a ciência baseava-se na razão e na fé. Havia a preocupação em compreender o significado das coisas e o universo era visto como um ser vivo, orgânico e espiritual. Na Idade Moderna (séculos XVI, XVII) a ciência baseava-se no método da investigação, envolvendo a descrição matemática da natureza e do método analítico de raciocínio. O mundo começou a ser visto como uma máquina. No século XVII a teoria geocêntrica foi refutada pela teoria heliocêntrica, desenvolveram-se, então, as leis empíricas do movimento planetário e o processo indutivo de investigação científica. A visão antropocêntrica ocupa o lugar do teocentrismo, ou seja, o ser humano torna-se o centro da criação com possibilidade de domínio sobre a natureza (visão mecanicista).

Na Idade Pós-moderna tem início a visão ecocêntrica/biocêntrica. A teoria sistêmica enxerga o homem como sendo parte de um todo (natureza/universo). O processo indutivo (idealizado por Francis Bacon), as medições e as quantificações contribuíram para a mudança de paradigma na ciência, anteriormente dedicada à alcançar a sabedoria e a compreensão da natureza. A partir de então a ciência percebeu que poderia dominar a natureza (Capra, 1996: 49-51). A preocupação com a degradação ambiental é iniciada quando o domínio do ser humano sobre a natureza se tornou nocivo.

A Terra funciona como um todo integrado, mantendo relações de interdependência entre organismos bióticos e abióticos, onde o homem também está inserido e dela faz parte em todas as transações,

configurando-se como um sistema fechado. Por outro lado, o distanciamento do homem em relação ao ambiente, e a essas noções, possibilita a degradação. A concepção de que o ser humano é exterior à natureza delega a ele a possibilidade de explorar e, conseqüentemente, degradar o ambiente com auxílio da tecnologia. Para Ponting (1996: 42), "se uma parte de um ecossistema for removida ou interrompida, surgirão efeitos que afetarão qualquer outra parte do sistema. A extensão das reverberações naturalmente variará, dependendo da natureza, da escala ou das partes afetadas; e da elasticidade do sistema". A atividade humana sempre provocou grandes mudanças ecológicas através dos tempos. "O impulso tecnológico e a ânsia de transformar o ambiente circunvizinho, de retrabalhar a natureza em formas que reflipam os mitos e as culturas humanas, parecem tão natural nos seres humanos como a linguagem e o uso de ferramentas e do fogo", e salienta que "Também devemos nos lembrar de que todos os organismos vivos afetam seu meio ambiente em diferentes graus (...) (Sheldrake, 1993: 46)" e não somente o homem. A enorme diferença é justamente o auxílio tecnológico empregado nas mudanças e a possibilidade de construir cultura. Segundo Capra (1996: 291), a natureza humana está intrinsecamente associada às manifestações culturais e necessita delas para sua sobrevivência e evolução. O turismo, nesse contexto, atua como agente promotor de mudanças ambientais e culturais nos núcleos dos quais se apropria.

A diversidade étnica e cultural teve suas bases abaladas pelo processo de mundialização e o grande desenvolvimento do turismo de massa que, por sua vez, estimulou a tentativa de preservar a diversidade étnica e cultural. Muitos conflitos e guerras emergiram a partir desses acontecimentos. Uma das principais razões para a conservação da diversidade cultural é a sua relação com a diversidade biológica. A existência de diferentes ecossistemas possibilita a existência de diferentes culturas. O que aparece codificado como uma tradição única é o resultado de um

aprendizado gradual de muitas gerações vivendo em um dado ecossistema. Dessa forma, não é por acaso que os locais onde a cultura é mais diversa são os locais onde a diversidade biológica é mais variada.

Impactos ambientais do turismo na Ilha Grande

Os principais impactos ambientais detectados na IG em 1993, conforme Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado e de Meio Ambiente e Projetos Especiais, Fundação Instituto Estadual de Florestas (1993: 18-19) foram a presença de taludes degradados e voçorocas; obras de contenção de encostas inadequadas; faixas desmatadas ao longo da rede de transmissão elétrica; terrenos em declive cobertos de pasto; bananais abandonados e áreas que sofreram incêndios florestais recentes. Os ecossistemas da IG são extremamente frágeis, sujeitos à erosão devido aos desníveis dos maciços e às chuvas abundantes. O Plano Diretor do Parque Estadual da IG sugere que as florestas devam ser destinadas ao uso múltiplo, pois contava com aproximadamente 47 000 hectares de floresta nativa e 1403 hectares de reflorestamento, em 1993.

Segundo Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Programa Nacional do Meio Ambiente (1997 (Volume 1): 41-44) os principais impactos ambientais da IG, em 1997, eram causados por embarcações de lazer, lixo náutico, alterações nos costões por condomínios e casas particulares, e privatização da orla marítima¹.

Durante a Audiência Pública, realizada pelo Centro de Referência de Justiça Ambiental (Cereja), em 18/01/2002, na IG, foram expostos, especificamente para a VA, os problemas da ausência de saneamento básico adequado, que se potencializa em períodos de alta temporada; construções recentes feitas acima da cota 40m, em confronto com as designações da AECATUP; privatização de algumas praias, como as do Abraçozinho e do

1. A Audiência Pública foi realizada com o intuito de avaliar e fazer recomendações relativas ao Mutirão Ambiental, feito pelo Cereja, em parceria com o Codig, o IEF-RJ, o Batalhão de Polícia Florestal e a Capitania dos Portos, na IG, entre os dias 14 a 18 de janeiro de 2002. Estavam presentes Ibama, Polícia Federal, Batalhão Florestal, IEF-RJ, Capitania dos Portos, Ceca, Feema, Câmara dos Vereadores de Angra dos Reis, Prefeitura de Angra dos Reis, OAB-RJ, Organizações Locais da Sociedade Civil: Amaig, Amhig, Codig, Brigada Mirim Ecológica da IG, e Sapê, de Angra dos Reis, totalizando 87 pessoas.

Morcego e indefinições quanto à destinação do lixo. Para a VDR não foram relatados impactos ambientais, mas salientou-se a necessidade de parcerias entre a UERJ e outros órgãos públicos e privados para a manutenção da vila.

A visão do morador da Vila do Abraão.

Segundo dados obtidos através da tabulação dos resultados, as principais causas dos impactos, de um modo geral, foram atribuídas principalmente aos turistas de baixa renda que não consomem na VA e produzem muito lixo. A VA atrai público de classes sociais inferiores da região, por oferecer uma opção mais acessível, em termos de gastos, do que o continente. As pousadas e campings têm preços mais baixos em relação às outras vilas e não é necessário transporte no interior da IG, pois existem boas praias e cachoeiras que podem ser visitadas a pé. Por outro lado, a alimentação possui maior valor devido aos gastos com transporte de alimentos do continente para a IG, fato que estimula os visitantes a levá-los dos seus locais de origem. Outra causa apontada foi a superlotação, principalmente em feriados prolongados e férias escolares. Acredita-se que a excessiva visitação seja um dos maiores causadores de efeitos negativos sobre o meio ambiente.

A grande maioria dos residentes acredita que o turismo gera acúmulo de lixo nas praias e cachoeiras (92%) e a quase totalidade dos entrevistados (96%) afirma que as trilhas são as mais afetadas pelo mesmo problema. A erosão também foi citada por 56% dos entrevistados, enquanto que 12% crêem que o turismo não é o responsável pelo desgaste das trilhas.

Boa parte dos moradores (76%) acha que o aumento do esgoto e do mau cheiro decorrente, tem relação com a movimentação turística e apenas 12% discordam totalmente.

Na avaliação da beleza cênica, natural ou artificial, o resultado aponta um certo paradoxo. Após creditarem a maioria dos impactos ambientais visíveis ao turismo, 60% dos

residentes acha que a paisagem natural da IG foi modificada e 68%, a paisagem construída. No entanto, 12% acreditam que esta última foi modificada por razões diversas que não o turismo, como ocupação desordenada por parte dos próprios moradores.

Em relação à qualidade da água, 56%, 36% e 20% delegam ao turismo a responsabilidade pela poluição da água do mar, da água doce e da água potável, respectivamente. Já 24%, 44% e 28% acham que tais problemas estão relacionados ao turismo apenas em parte. As opiniões foram equilibradas para a degradação da fauna e da flora. A população pensa que alguns desses impactos são causados, em parte pela atividade turística, em parte pelos próprios moradores. Os maiores impactos creditados ao turismo nesse âmbito foram os desmatamentos (48%) e a diminuição ou desaparecimento de animais comuns à vila (52%).

Observa-se na VA que a atividade turística é percebida de forma um tanto negativa pelos residentes. Isso se deve, de certa forma, ao crescimento desordenado e rápido da visitação turística na IG. A partir de então a disputa por estabelecimentos e empreendimentos que pudessem servir ao turismo tornou-se evidente. Monken (1995: 51) e outros autores já atentavam para a descaracterização das casas de pescadores e ex-funcionários do IPCM e afirmava que a VA poderia entrar em processo de favelização.

Durante as entrevistas, os moradores expressavam, freqüentemente, seus sentimentos de descontentamento em relação a algumas atitudes e formas de pensamento dos comerciantes e sobre a degradação da natureza. Por outro lado, fora do escopo ambiental, a população acha que o turismo trouxe infra-estrutura, melhoria nos transportes e serviço de saúde.

A visão do morador da Vila de Dois Rios.

Na VDR observa-se o oposto em relação ao impacto ambiental percebido pelos moradores da VA. Em alguns casos houve 100%

2. Em 1997, a Secretaria Estadual Do Meio Ambiente, Programa Nacional Do Meio Ambiente (1997 (Volume 1): 41-44) fez uma coleta do lixo encontrado em praias e em auto mar. Em sua maioria, era composto de desodorantes e xampus de marcas estrangeiras, copos e garrafas de água, garrafas de whisky, vinho e outras bebidas alcoólicas, indicando padrões de consumo muito altos, contrastando com a opinião dos moradores ou, por outro lado, determinando mudança na tipologia dos visitantes.

de discordância, como os relativos aos impactos sobre a fauna, flora, poluição das águas do mar, doce e potável, e poluição do ar, não atribuídos ao turismo. As opiniões convergiram somente em relação ao lixo nas trilhas, atribuídos em 20% aos turistas. Esses fatores devem-se, principalmente, ao isolamento da VDR, à inexistência de pousadas e à proibição de campings e pernoites (exceto aos amigos e familiares de moradores). Os visitantes normalmente aproveitam o dia na praia e retornam antes do anoitecer, pois o acesso é possível somente a pé, já que veículos são proibidos na IG, e as condições do mar não permitem a instalação de um cais para desembarque. Outros apenas passam pela VDR e seguem para a Parnaíoca, praia vizinha que permite o camping. A presença do CEADS e sua fiscalização também é um fator importante para a preservação ambiental, inibindo a ação predatória por parte do turista.

O papel do planejamento ambiental no ordenamento da atividade turística.

Segundo WILSON (1997: 10) "Em anos recentes, biólogos evolucionários e conservacionistas voltaram seus olhos com maior atenção para as florestas tropicais, por duas razões principais. Primeiro, embora esses habitats cubram apenas 7% da superfície terrestre, eles contêm mais da metade das espécies da biota mundial. Segundo, as florestas estão sendo destruídas tão rapidamente que elas provavelmente desaparecerão dentro do próximo século, levando com elas centenas de milhares de espécies à extinção. Outros biomas ricos em espécies também estão em perigo, mais notadamente os recifes tropicais de corais, lagos geologicamente antigos e terras úmidas costeiras, cada qual merecendo atenção especial. No momento, porém, as florestas tropicais servem como paradigma ideal da crise maior, de nível global". O Brasil está dentre os principais atingidos pela crise ambiental global. Sua cobertura florestal de mata atlântica está quase que totalmente devastada e tem na IG

e em toda a baía que ela compreende um dos poucos remanescentes dessa floresta.

É interessante traçar um paralelo de comparação entre a Ilha de Páscoa, no oceano Pacífico, o manejo de recursos naturais da tribo Kayapó, da região amazônica brasileira, e a situação atual da IG frente à seus problemas ambientais. Para Ponting (1996: 19, 21), "(...) a história da Ilha de Páscoa é uma advertência assustadora ao resto do mundo". "É a história de um povo que, começando a partir de uma base de fontes extremamente limitadas, construiu uma das sociedades mais adiantadas do mundo, pela tecnologia que chegaram a dominar. No entanto, esse desenvolvimento causou exigências imensas no meio ambiente que, quando não mais suportou essa pressão constante, fez com que a sociedade construída tão penosamente durante os milhares de anos antecedentes, desaparecesse". As perspectivas históricas da relação ser humano/natureza nos permite comparar os fatos ocorridos na Ilha de Páscoa e a atual crise ambiental. A escassez de recursos naturais e a proeminente degradação ambiental podem ser atribuídos à visão mecanicista que possibilitou ao homem dominar a natureza. A concepção científica sistêmica pode apontar soluções para a problemática ambiental a medida que encara o ser humano e o meio ambiente como um todo integrado que funciona buscando um equilíbrio de funções.

Por outro lado, segundo pesquisas de Posey (In: Ribeiro (coord.), 1987: 182), os índios Kayapó remanejavam suas áreas, com tamanha destreza que ainda hoje é possível observar as marcas deixadas. "Mesmo em áreas de onde os índios desapareceram, desde há muito tempo, vestígios da manipulação e remanejamento humanos ainda continuam evidentes. É impossível avaliar as verdadeiras dimensões do remanejo indígena nas florestas e campos. As atuais aldeias Kayapó são apenas resquícios das antigas, outrora interligadas por inúmeras e extensas trilhas". A etnobiologia, especialmente a etnoecologia podem contribuir muito para o estudo das opções de manejo sustentável para distintos tipos de ecossistemas, auxiliando, dentre outras coisas,

o planejamento da atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Na IG a realidade pode redundar em um desfecho terrível, como o da Ilha de Páscoa, ou, esperançosamente, em sustentabilidade de recursos como a praticada pelos Kayapós. Sendo assim, para que seja possível ter sucesso, a exemplo dos Kayapós, torna-se necessário investir em educação, definir políticas e planejamento, baseado em técnicas e infra-estrutura sustentável, para que o turismo atue promovendo uma aproximação homem/natureza. Torna-se evidente a necessidade de um planejamento urgente, com base em uma política sólida de turismo na IG. Trata-se de "compatibilizar os planos de desenvolvimento do setor com os de proteção do meio natural e cultural, onde os fluxos de renda de curto prazo se subordinam ao estoque de 'capital', que é a ótica do longo prazo (Rabahy, 1990: 74)". Medidas para a diminuição da prática do turismo de massa e incentivo às pesquisas para definição da verdadeira vocação da IG.

A diferença nas visões dos residentes das duas vilas estudadas demonstra que a VA já apresenta problemas ambientais motivados pela exploração turística, enquanto que a VDR mantêm-se, de certa forma, preservada devido ao "controle" sobre a visitação. Estes dados são de fundamental importância para um plano de turismo que pretende inserir a população local em todas as instâncias do planejamento turístico.

Somente desta forma poderá se amenizar a rápida degradação ambiental, a curto e médio prazo. Com isso espera-se, a longo prazo, preservar a IG para uma utilização racional dos seus recursos por parte do turismo, compatibilizando a necessidade de oferecer infra-estrutura e melhoria da qualidade de vida para seus moradores.

REFERÊNCIAS.

- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CENTRO DE REFERÊNCIA DE JUSTIÇA AMBIENTAL (Cereja). Audiência Pública, realizada em 18/01/2002, na Sede do IEF, Vila do Abraão, Ilha Grande.
- CRUZ, Sílvia Helena Ribeiro. Turismo na Ilha de Cotijuba sob a percepção de seus residentes, Turismo em Análise, v. 6, n. 2, p. 79-92, maio 1996.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2001. 290 p.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DE ESTADO E DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS, FUNDAÇÃO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Plano diretor do Parque Estadual da Ilha Grande. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1993.
- MONKEN, Maurício. A noção de lugar no estudo da Ilha Grande, RJ. 1995. 101 f. Tese (Mestrado) - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PONTING, Clive. História verde do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RABAHY, Wilson. Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo, 1990.
- RAMUZ, Pedro Francisco. Os caminhos do turismo na Ilha Grande, Geo UERJ, n. 3, p. 111-120, jun 1998.
- RIBEIRO, Berta G. (Coord.). Suma etnológica brasileira. São Paulo: Vozes, 1987.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Programa de Gestão para o desenvolvimento sustentável da bacia contribuinte à Baía da Ilha Grande. Volume 1 - Diagnóstico ambiental da Ilha Grande. Rio de Janeiro: SEMA, 1997.

Tabela: Modelo do questionário aplicado aos residentes na Vila do Abraão e na Vila Dois Rios

Afirmações	Concordo Totalmente	Concordo em parte	Não sei	Discordo em parte	Discordo Totalmente
1) O turismo prejudicou a qualidade da água do mar.					
2) A água doce está poluída devido ao turismo.					
3) A água potável está poluída em razão do turismo.					
4) O turismo tem provocado a diminuição ou desaparecimento de árvores comuns à vila.					
5) O turismo tem provocado a diminuição ou desaparecimento de frutas comuns à vila.					
6) O turismo tem provocado a diminuição ou desaparecimento de flores comuns à vila.					
7) O turismo tem provocado desmatamentos.					
8) Os peixes têm diminuído ou desaparecido com a entrada do turismo.					
9) Os pássaros têm diminuído ou desaparecido com a entrada do turismo.					
10) Os animais comuns à vila (pererecas, caranguejos, grilos, besouros) têm diminuído ou desaparecido com a entrada do turismo.					
11) O turismo gera poluição do ar.					
12) O turismo gera acúmulo de lixo nas praias.					
13) O turismo gera acúmulo de lixo nas cachoeiras.					
14) O turismo gera acúmulo de lixo nas trilhas.					
15) O turismo gerou aumento do esgoto e mau cheiro.					
16) O turismo provoca a erosão ou compactação de trilhas.					
17) O turismo modificou a paisagem natural da Ilha Grande.					
18) O turismo modificou a paisagem construída da Ilha Grande.					